FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
GRADUAÇÃO EM DIREITO

ISIS CORRADI ZOUAIN CHAMOUN

**O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO CRIATIVA SOB A
ÓTICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

VITÓRIA
2024

ISIS CORRADI ZOUAIN CHAMOUN

**O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO CRIATIVA SOB A
ÓTICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito da Faculdade de Direito de Vitória,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Direito.
Orientador: Prof. Dr. Bruno Costa Teixeira.

VITÓRIA

2024

ISIS CORRADI ZOUAIN CHAMOUN

**O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO CRIATIVA SOB A
ÓTICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito da Faculdade de Direito de Vitória,
como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof. Dr. Buno Costa
Teixeira

Aprovada em: _____.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a).
Orientador(a).
Faculdade de Direito de Vitória

Prof(a). Dr(a).
Faculdade de Direito de Vitória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
por ter me concedido saúde e força para
elaborá-lo, aos meus pais, Adriano e
Gracimara, por terem me apoiado em todo
caminho da graduação, ao meu namorado,
Rafael, por ter me incentivado e tido
paciência em todos os momentos em que
me senti exausta, e ao meu professor
orientador, Bruno Costa, pela dedicação,
apoio e paciência que foram essenciais para
a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu professor orientador, Bruno Costa, por toda paciência, sabedoria, e apoio, que foram essenciais para a formulação deste presente trabalho.

Agradeço também a todos os professores do Curso de Direito da FDV, por me inspirarem na minha trajetória na graduação.

A instituição de ensino Faculdade de Direito de Vitória, por sempre me proporcionar a melhor estrutura possível de estudos, além de todos os recursos necessários para a realização do trabalho.

Aos meus pais, Adriano e Gracimara, pela oportunidade de usufruir de um ensino tão qualificado, e pelo apoio incondicional em todas as etapas da minha vida. Aos meus avós, por não medirem esforços para me ajudar na minha trajetória acadêmica. Ao meu namorado por me dar forças em todos os momentos que eu estive exausta.

E a Deus, por abençoar meus caminhos, e me dar forças e saúde para finalizar mais uma etapa importante da minha vida.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca um aprofundamento nos temas da propriedade Intelectual, e da tecnologia de Inteligência Artificial generativa, a fim de investigar e discutir os principais pontos de conflitos gerados pela tecnologia na produção de obras criativas, entendendo os seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro. Como objetivo central, busca-se analisar as principais lacunas na lei de Direitos Autorais para a realização de uma regulamentação adequada das obras advindas da tecnologia inteligente, além de expor de maneira concreta os desafios apresentados por esta. Dessarte, buscou-se as melhores alternativas para a solução da problemática apresentada por meio da interpretação da legislação vigente, além de expor a necessidade de uma implementação legislativa específica para o tema exposto.

Palavras-chaves: Tecnologia da informação; Direitos autorais; Autor; Inteligência artificial; Autoria e titularidade.

ABSTRACT

This present work aims to delve deep into the themes of Intellectual Property and Generative Artificial Intelligence Technology, in order to investigate and discuss the main points of conflict caused by AI in the creation of creative works, understanding its impacts on the Brazilian legal system. The central goal is to analyze the main gaps in the national Copyright law for the proper regulation of works derived from intelligent technology, as well as to properly expose the challenges presented by it. Therefore, the best alternatives to solve the problem presented by alternative interpretations of the current law were sought, and the need for a specific legislative implementation on the topic was also highlighted.

Keywords: *Technology; Copyright Law; Artificial intelligence; Creativity.*

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	10
2	DESENVOLVIMENTO	13
2.1	Os desdobramentos da Inteligência Artificial	13
2.2	A propriedade intelectual no Brasil	21
2.3	A inteligência artificial e os direitos do autor	31
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	43

1 APRESENTAÇÃO

O avanço tecnológico vem facilitando diversas áreas da vida, e por conseguinte, substituindo inúmeras atividades antes tidas como algo exclusivo da espécie humana, tal como o trabalho criativo. Nesse contexto, com o avanço de tecnologias como a inteligência artificial, vem-se observando uma revolução no que diz respeito a produção de trabalhos desse cunho, e gerando, de maneira inevitável, discussões acerca da natureza e da regulamentação dos frutos criativos dessa tecnologia, bem como a forma como esses poderão ser usados em futuras atividades econômicas.

Inteligência Artificial Generativa é o nome dado a um subconjunto de tecnologias de machine learning, uma vertente da inteligência artificial, que recentemente desenvolveu a capacidade de criar conteúdo através de comandos via texto, podendo se traduzir em diversos tipos de obras criativas, como livros, músicas, estudos e filmes (PAVLIK, 2023, *online*). Todavia, há ainda de se observar que, a ferramenta exposta faz o uso de conteúdos já existentes e potencialmente protegidos por direitos de propriedade intelectual para alimentar a tecnologia em questão (BÚSSULA, 2023, *online*). Diante disso, é possível vislumbrar um futuro um tanto quanto conturbado no campo da propriedade intelectual, permeado de inúmeras discussões acerca da titularidade das obras criadas por ferramentas de IA (inteligência artificial), bem como a legalidade do uso de obras protegidas na aprendizagem das máquinas (BÚSSOLA, 2023, *online*).

Diante disso, indaga-se, de que forma a lei de direitos autorais incide sobre os frutos criativos de uma inteligência artificial? De antemão, é válido ressaltar também que a problemática da IA na produção criativa de obras não se limita tão somente na dúvida acerca da titularidade da obra produzida, isto é, a quem essa obra irá pertencer uma vez pronta, visto que seu autor consiste em uma máquina, fazendo-se necessário, além de fomentar a discussão supracitada, considerar também a formação da obra criativa, observando sua origem e a maneira como ela foi constituída. Ou seja, não se pode limitar o assunto em questão a uma mera questão de titularidade direta do que foi produzido, havendo que considerar a propriedade intelectual que permeia aquilo que já existia de antemão, e que funcionou como um “tijolo” na construção da nova obra.

Por meio do exposto, compreende-se, em primeiro momento, que a atual Lei de Direitos Autorais não é suficiente para sanar todas presentes e futuras problemáticas advindas da IA no campo da propriedade intelectual, isto é, há de se pensar que a legislação atual necessita de ajustes e atualizações para proteger o autor de problemas que são frutos do avanço tecnológico. Assim, entende-se a lei regulamentar de direitos autorais como insuficiente para sanar os futuros desafios advindos da tecnologia, causando confusão a respeito de diversos temas que circundam o assunto em questão, bem como a titularidade das obras produzidas por IA, ou até mesmo a legalidade do uso de obras originais de ação humana para alimentar o banco de dados da tecnologia supracitada. Assim, a-se pela modernização da legislação em questão, haja vista a necessidade latente desta no mundo contemporâneo.

A fim de melhor realizar um estudo aprofundado sobre o tema, usar-se-á o método hipotético-dedutivo para seu desenvolvimento. Deste modo, parte-se de uma questão problema inicial, buscando, a partir dela, verificar a validade ou a falácia da hipótese formulada. No caso deste presente trabalho, busca-se verificar a validade da ideia exposta a respeito da insuficiência da lei de direitos autorais na proteção da propriedade intelectual em tempos de inteligência artificial, salientando-se também, nesse mesmo raciocínio, a necessidade de uma modernização da norma, visto que, na hipótese apresentada, esta é entendida como “estagnada”, devendo ser adaptada para os presente e futuros desafios que serão trazidos pelo desenvolvimento tecnológico na produção criativa, em especial no que diz respeito a regulamentação da Inteligência Artificial Generativa.

Como base teórica para a produção do estudo proposto, cita-se, primeiramente, a obra “Uma introdução à propriedade intelectual” do advogado e autor Denis Barbosa, referência no estudo de Propriedade Intelectual, responsável por fornecer ao presente trabalho, dados principiológicos a respeito de conceitos e ideias da área. Destaca-se também o artigo “Quem é o autor em obra oriunda de Inteligência Artificial?” do autor Tiago Fachini, a fim de esmiuçar, as problemáticas geradas pelo corrente uso das tecnologias abordadas, relacionando-as com a insuficiência legislativa na regulamentação das novas tecnologias no campo da produção criativa. Por fim, exemplificando a necessidade da modernização legislativa perante a IA

Generativa, cita-se o artigo “2024, o ano que definirá o limite do Direito Autoral na Inteligência Artificial” do autor Ricardo Silva, em que traz a tona diferentes leis de Direitos Autorais ao redor do mundo e a modernização dessas no decorrer dos anos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 - Os desdobramentos da Inteligência Artificial

Diante da popularização da inteligência artificial no mundo moderno, faz-se de suma importância um entendimento acerca do que se trata a tecnologia em questão. A definição de inteligência artificial, e a visão desta, é bastante diversificada, variando de acordo com a pessoa que a interpreta. Acerca da definição de IA, o especialista na matéria em questão, e cientista da computação, John McCarthy, dispõe de maneira geral, que, Inteligência Artificial (IA) nada mais é que o campo da ciência e da engenharia que possui um enfoque na criação de sistemas e programas de computação capazes de realizar tarefas de maneira inteligente, além de que, embora seja relacionada à compreensão da inteligência humana através do uso de computadores, este diz ainda que a IA não se restringe aos métodos de observação biológica (MCCARTHY, 2007, p. 2).

Dessarte, não é segredo que, na contemporaneidade a Inteligência Artificial tem-se feito cada vez mais presente no dia a dia do homem comum, estando mais acessível à camada popular da sociedade, e evoluindo exponencialmente com o passar do tempo. Todavia, embora o tema da Inteligência Artificial (IA) esteja profundamente difundido na sociedade, a evolução da tecnologia em questão ocorreu vagarosamente para chegar aonde está hoje, e possui ainda um potencial evolutivo gigantesco para as próximas décadas, não havendo limites de onde irá chegar com o tempo, a medida que novas tecnologias deste ramo vão surgindo, na mesma proporção em que as já existentes vão se aperfeiçoando.

Desde o seu surgimento na década de cinquenta, a IA (Inteligência Artificial) tem fascinado diversas pessoas ao redor do mundo, e vem percorrendo um longo caminho evolutivo, fazendo, hoje, parte de nossa vida com ferramentas utilizadas a todo instante por grande parte da sociedade, como por exemplo, o reconhecimento facial, os assistentes de voz, os *chatbots*, e os sistemas de aprendizado de máquinas (SCHUNCK, 2023, *online*). Dessarte, não é novidade dizer que a tecnologia em questão, além de ter revolucionado a forma como nos relacionamos no dia a dia, também foi responsável por alavancar o mercado mundial, facilitando

imensamente processos de operação e produção de diversos ramos empresariais ao redor do mundo (SCHUNCK, 2023, *online*).

Há, notoriamente, uma vasta área de atuação da tecnologia inteligente, estando presente de diversas formas na vida cotidiana, e servindo de ferramenta fundamental para o desenvolvimento de diversas áreas. Dentre as áreas de atuação da tecnologia em questão, podem-se destacar algumas, como os Sistemas Especialistas, que são aptos a desenvolver conclusões a respeito de determinado tema, uma vez que orientado e alimentado, sendo emulado a replicar a capacidade humana de especialização em determinado tema (GOMES, 2010, p. 239-240). A Robótica, por sua vez, é outro campo de atuação da Inteligência Artificial, a qual grande parte dos robôs existentes são pertencentes a uma dessas três categorias: Manipuladores, móveis e híbridos (GOMES, 2010, p. 240-241).

Os robôs manipuladores são também conhecidos como braços robôs, e são fixos, fisicamente, no local em que serão utilizados, geralmente em linhas de produção de fábricas industriais (GOMES, 2010, p. 240-241). Já os robôs móveis, por sua vez, são robôs que se deslocam pelo ambiente, podendo ser através do uso de rodas, pernas, ou quaisquer outros meios ou mecanismos parecidos (GOMES, 2010, p. 241). No que diz respeito aos robôs móveis, estes podem ser divididos em quatro tipos principais, destacando os Veículos terrestres não tripulados, responsáveis por realizar a navegação autônoma, sem a presença de um condutor em autoestradas (GOMES, 2010, p. 241). Já os Veículos aéreos não tripulados, são utilizados, por exemplo, para a realização de vigilância, pulverização de lavouras, operações militares etc. (GOMES, 2010, p. 241).

Outrossim, destaca-se também os Veículos autônomos subaquáticos, utilizados principalmente para a exploração das profundezas do oceano (GOMES, 2010, p. 241). E por último, os viajantes interplanetários, sendo estes robôs destinados a outros planetas para fins de pesquisa e estudos (GOMES, 2010, p. 241). Além dos robôs fixos, e manipuladores, há também os robôs híbridos, sendo estes uma espécie de robô móvel equipado com manipuladores, inclusos, por exemplo, os robôs humanoides (GOMES, 2010, p. 241). Os robôs híbridos, por sua vez, podem ser utilizados com maneiras mais amplas de aplicações que os manipuladores fixos, mas que, contudo, por não possuírem a rigidez de um ponto de fixação que é

encontrado em manipuladores fixos, torna-se mais difíceis certas atividades para este (GOMES, 2010, p. 241). Embora expostas as aplicações acima, há de se destacar que o campo da robótica não se limita unicamente a estes, englobando, também, áreas como a dos dispositivos protéticos, ou ambientes inteligentes, por exemplo (GOMES, 2010, p. 241).

Dentre os campos de aplicação da IA, há também os Sistemas Visuais, isto é, aquilo que envolve a visão computacional (LEMOS, 2023, *online*). A tecnologia em questão é semelhante a “ensinar” um computador a enxergar o mundo e entendê-lo como os seres humanos, processando e interpretando as informações que a eles serão fornecidas, surgindo, deste modo, inúmeras possibilidades de aplicações, sendo as mais conhecidas os carros autônomos, segurança por vídeo, entre outras (LEMOS, 2023, *online*). Dessarte, ao falar de aplicações para a IA, pode-se destacar também o Processamento de Linguagem Natural, área esta que se encontra em um crescimento exponencial, e se concentra em fazer com que computadores entendam e interajam com a Linguagem humana de maneira natural, através do desenvolvimento de algoritmos que capacitam o computador a ler, interpretar, e gerar texto, seja esse escrito ou falado (LEMOS, 2023, *online*).

Outrossim, há de se enfatizar que, embora a máquina seja de uma tecnologia extremamente avançada, esta jamais será capaz de efetivamente pensar, sendo impossível que de fato replique a mente do homem, haja vista que a ação descrita diz respeito a um ato exclusivo da biologia humana, e da natureza desta espécie (DIVINO; MAGALHÃES, 2020, p. 176-177). Destarte, um dos fatores que mais contribuíram para o crescimento da referida tecnologia, além da vasta quantidade de dados utilizados em seu treino, foi o desenvolvimento de métodos de treinamento para redes neurais profundas que proporcionam o reconhecimento de fala e de imagens, bem como a capacidade de detectar, modelar e exibir comportamentos afetivos, tal como emoções, humor, personalidade e atitudes, avançando em direção a sistemas inteligentes com capacidades sociais e, eventualmente, dotados até mesmo de uma certa moralidade, abrangendo a inteligência artificial e emocional (SARLET; CALDEIRA, 2021, p. 132).

Por óbvio, as aplicações da tecnologia de Inteligência artificial não se limitam àquelas acima descritas, estando em constante desenvolvimento, evolução e

expansão. Em 2022, segundo uma pesquisa encomendada pela IBM, 41% das empresas em solo brasileiro implementaram o uso da Inteligência artificial em suas operações (LEMOS, 2023, *online*). Atualmente, é correto afirmar que, a IA, embora já em um estágio de evolução considerável, está, ainda, passando por crescimento significativo, um exemplo de tal é o desenvolvimento e a difusão da ferramenta de IA generativa conhecida por *ChatGPT*¹, extremamente popular na sociedade atualmente, e considerada uma das ferramentas mais conhecidas e utilizadas de inteligência artificial (LEMOS, 2023, *online*). O *ChatGPT* é uma ferramenta desenvolvida pela *OpenAI*, e funciona através da utilização da tecnologia de Processamento de Linguagem Natural supracitada para estabelecer interações com seus usuários de maneira conversacional (LEMOS, 2023, *online*).

Além do *ChatGPT* citado acima, é importante destacar que o uso comercial da IA abrange hoje diversas outras áreas, como por exemplo a área da saúde, auxiliando no diagnóstico médico, ou até mesmo na área da indústria, otimizando processos de produção e realizando manutenção preditiva (LEMOS, 2023, *online*). Todavia, como objeto deste presente estudo, dar-se-á um foco maior ao estudo e entendimento da tecnologia de inteligência artificial conhecida por “Inteligência Artificial Generativa”. A IA Generativa é um tipo de inteligência artificial relativamente nova, e, diferente daquelas que vieram antes dessa, a IA Generativa é capaz de criar conteúdos novos através da extrapolação de seus dados de treino (PAVLIK, 2023, *online*). Acerca do exposto, “Inteligência Artificial Generativa” é o nome de um subconjunto de tecnologias de *machine learning* de IA que muito recentemente desenvolveram a capacidade de criar respostas rápidas a solicitações de textos, podendo estas variar em tamanho e complexidade (PAVLIK, 2023, *online*).

Dessarte, embora a tecnologia de IA generativa conversacional via texto tenha iniciado e despertado a curiosidade dos pesquisadores e desenvolvedores acerca desta categoria de IA, hoje, variações dela já conseguem produzir conteúdos novos de áudio, imagem e vídeo (PAVLIK, 2023, *online*). Há de se destacar ainda, que, um grande exemplo de ferramenta popular que se utiliza de IA generativa é o *ChatGPT*, tal como anteriormente citado. Não obstante a Inteligência Artificial Generativa seja uma pequena parte da vasta área da computação que se conhece abrangentemente por “Inteligência Artificial”, esta possui atributos que a diferem, e que a assemelham

¹ Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 20 maio 2024.

da IA convencional (PAVLIK, 2023, *online*). A necessidade de uma grande quantidade de dados para treinamentos e tomadas de decisão, o aprendizado de padrões a partir de dados e o uso do conhecimento adquirido para realizar previsões e moldar seu comportamento próprio são algumas das características comuns a ambas (PAVLIK, 2023, *online*).

Desta forma, há ainda de se falar que, ambas são passíveis de melhoras com o tempo, podendo sofrer ajustes de seus parâmetros com os eventuais *feedbacks* e novas informações, todavia, os sistemas de IA generativa são bem mais amplos quando comparados aos tradicionais, significando que, enquanto sistemas de IA tradicionais são mais voltados ao entendimento, execução e aperfeiçoamento de uma tarefa específica, os sistemas de IA generativa criam conteúdos novos e originais, os quais embora se assemelham a seus dados de treinamento, não podem ser encontrado nestes (PAVLIK, 2023, *online*). Outrossim, sistemas tradicionais de IA, bem como os de *machine learning*, são treinados, principalmente, em dados específicos, visando a realização de uma tarefa pretendida, diferente dos sistemas de IA generativa, os quais são treinados conjuntamente a dados diversos, e por vezes ajustados em volumes de dados menores os quais são vinculados a uma tarefa específica (PAVLIK, 2023, *online*).

Dessarte, no que se refere ao uso da IA Generativa, há de se compreender que esta abrange uma vasta gama de aplicações baseadas em uma diversidade crescente de variações de redes neurais (PAVLIK, 2023, *online*). Outrossim, explica-se ainda que, os referidos modelos de redes neurais utilizam-se de padrões repetitivos de neurônios artificiais e de interconexões desses (PAVLIK, 2023, *online*). Diante disso, um projeto de rede neural repete o mesmo padrão de neurônios artificiais diversas vezes, reutilizando-se dos mesmos parâmetros, e sendo, portanto, uma parte essencial daquilo que é chamado de “arquitetura de rede neural” (PAVLIK, 2023, *online*). Dessarte, destaca-se ainda que a descoberta de novas arquiteturas vem sendo uma importante área de inovação da inteligência artificial nos últimos anos, além de que, uma vez criada, a nova arquitetura poderá obter progressos de maneira adicional a esta, através de sua utilização de maneiras inesperadas, uma vez que a inovação adicional ocorre por meio da combinação de elementos de diferentes arquiteturas (PAVLIK, 2023, *online*).

Diante do exposto acerca das arquiteturas de redes neurais, há de se citar duas destas, as redes neurais recorrentes, e as redes neurais convolucionais. As redes neurais recorrentes nasceram na década de oitenta e foram responsáveis por demonstrar a capacidade de aprendizado da IA através de automatização de tarefas que dependem de dados sequenciais, estando no centro de inúmeros modelos de IA de áudio, além de serem extremamente eficazes em processar linguagem natural, reconhecimento de fala, análise de grafia, entre outros (PAVLIK, 2023, *online*). Por sua vez, as redes neurais convolucionais surgiram por volta de dez anos depois, e se concentraram em dados semelhantes a grades, sendo extremamente eficazes para a representação de dados espaciais, podendo gerar imagens (PAVLIK, 2023, *online*). Deste modo, algumas aplicações populares de programas de IA generativa de texto, como o *Midjourney*², fazem o uso das redes neurais convolucionais para gerarem sua imagem final (PAVLIK, 2023, *online*).

Por conseguinte, considerando que o *modus operandi* da IA generativa se baseia na obtenção de uma vasta gama de dados para a geração de novas obras, os desafios legais do uso da IA generativa ainda estão surgindo de acordo com a popularização de seu uso. Outrossim, há de se dizer ainda que as questões referentes às matérias legais que circundam as obras frutos da tecnologia tratada são objetos de discussões desde a criação da Inteligência Artificial. Dessarte, a dúvida acerca do porquê da tecnologia de IA vir a provocar problemas jurídicos em seu uso e comercialização, permeia questões a respeito de quem virá a pertencer a titularidade das obras oriundas da IA generativa, além da incerteza concernente a legalidade do uso de obras já protegidas por direitos autorais para compor a base de dados da referida tecnologia, uma vez que serão materiais para a geração de obras pela IA, todavia, baseadas nessas produções já existentes.

Destarte, no que diz respeito a seara da propriedade intelectual, entende-se que, as discussões acerca da titularidade das obras oriundas de IA ainda permanecem muito difusas, não havendo uma resposta consolidada na jurisprudência acerca de quem esta pertence. Outrossim, destaca-se ainda que, mesmo que uma determinada empresa ajuste um modelo com base nos seus próprios dados, ainda poderá acontecer dos resultados incluírem elementos de trabalho de outras organizações, uma vez considerada a vasta quantidade de dados externos usados para alimentar a

² Disponível em: <https://www.midjourney.com/home>. Acesso em: 20 maio 2024.

tecnologia em questão (PAVLIK, 2023, *online*). Sendo assim, questões acerca do tema surgem em meio a incerteza jurídica gerada pela falta de legislação brasileira sobre a temática, não havendo previsões sobre a forma que obras oriundas de tecnologia de IA serão tuteladas no Brasil, fato este, que, com o crescente uso de programas do tipo, levará a justiça a enfrentar dificuldades à medida que aumentará os imbrólios judiciais envolvendo a autoria em meio a situações como a descrita (GONÇALVES, 2019, p. 15).

Outrossim, não é surpreendente dizer que a difusão da IA na sociedade pode vir a causar grandes impactos na capacidade criativa humana, de modo que, à medida que ferramentas de Inteligência Artificial são mais disseminadas, e cada vez mais responsáveis por prover soluções rápidas e criativas para as diversas situações do cotidiano, estas poderão, com o tempo, reduzir a capacidade criativa humana, uma vez que tendem a gerar grande dependência em seu uso, limitando o processo de pensamento criativo daqueles que a utilizam (ME, 2023, *online*). Neste contexto, é válido destacar que o assunto supracitado é motivo de grande alarme, sobretudo para a comunidade artística, reforçando cada vez mais a importância da busca pelo uso ético da inteligência artificial, uma vez que a comunidade em questão se vê cada vez mais ameaçada por tal, haja vista a visão de um futuro em que poderão vir a ser substituídos pelas ferramentas inteligentes que geram nada menos que derivados dos frutos do esforço e do trabalho criativo deles próprios (CUTRIM; MACHADO; COSTA, 2023, p. 4).

Deste modo, o funcionamento da Inteligência Artificial mediante sua necessidade de alimentação por meio de dados, conhecimento e obras artísticas de autoria humana, poder a princípio não parecer tão nocivo, à medida que a ocorrência de tal fato se dar tão somente pela obra constar na *internet*, sem qualquer conhecimento do autor, tampouco o consentimento deste, gerará, inevitavelmente, preocupações acerca da proteção das obras utilizadas (CUTRIM; MACHADO; COSTA, 2023, pp. 7-8). Deste modo, é correto afirmar que de fato a arte produzida pela IA oferece inúmeros riscos para a comunidade artística, sobretudo nos moldes legislativos existentes hoje. Deste modo, não há outra saída para aqueles que pertencem a comunidade supracitada que não se alarmar acerca do impacto da Inteligência Artificial na forma como a sociedade interpreta a arte, haja vista que a tecnologia em questão promove uma homogenia de traços e obras de domínio privado para a produção, dando a

ideia de que não há uma efetiva proteção dos direitos autorais de um artista, à medida que estes serão perdidos no momento em que sua obra for publicada na *internet* (CUTRIM; MACHADO; COSTA, 2023 p. 8).

2.2 - A propriedade Intelectual no Brasil

Em primeiro momento, faz-se necessário definir o conceito de propriedade intelectual a fim de melhor discutir a problemática abordada. Assim, há duas principais conceituações do que vem a ser tal, de acordo com A OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), A propriedade intelectual diz respeito às criações da mente, aquilo desde obras de arte até invenções, englobando inclusive programas de computador, marcas e outros sinais comerciais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2021, p. 1). Nesta via, os bens protegidos pela propriedade intelectual teriam, sobretudo, a característica de, na prática, poderem ser copiados (BRANCO, 2011, p. 22).

Denis Borges Barbosa afirma que o mercado seria insuficiente para garantir a regulagem da propriedade intelectual, uma vez que, um mesmo produto que importa altos custos de desenvolvimento, possui também grande facilidade de cópia, se tornando, portanto, extremamente desvantajoso para o produtor, e tendo, como consequência, uma necessidade enorme de proteção legislativa, uma vez que o mercado sozinho não conseguiria realizá-la, impedindo, que se mantenha um fluxo de investimento (BARBOSA, 2003, p. 72). Ainda neste contexto, Sérgio Branco também explica que há uma grande diferenciação entre a propriedade intelectual e as demais propriedades, sendo estas últimas são propícias a serem perpétuas, enquanto a primeira possui prazo de duração até cair em domínio público, saindo, da esfera de perpetuidade (BRANCO, 2011, p. 23).

Outrossim, há ainda de se citar outra diferenciação feita por Sérgio Branco em sua obra “O domínio público no direito autoral brasileiro”, onde diz que todas as coisas corpóreas são pertencentes a alguém, ou, podem vir a pertencer, caso não possua dono, mesmo se tiver sido abandonada, diferente da propriedade intelectual (BRANCO, 2011, p. 23-24). No caso dos bens intelectuais, uma vez que tiver decorrido o prazo para o seu ingresso em domínio público, eles passarão a fazer parte deste, independente da vontade de seu titular, e passarão a não pertencer, tampouco poder pertencer a algum particular, sendo este, portanto, um destino certo de todos os bens intelectuais, e uma das principais características que diferem os bens físicos dos bens de natureza intelectual (BRANCO, 2011 p. 24).

Em virtude do exposto, Sérgio Branco difere ainda uma outra vez os bens intelectuais dos bens físicos, pois, segundo ele, no caso dos direitos autorais, o autor terá sempre o direito de ter seu nome vinculado a obra de sua autoria, sendo esse vínculo indissolúvel, e independente da transmissão ou não de sua titularidade, ou da obra ter ou não caído em domínio público (BRANCO, 2011, p.24). Neste sentido, de acordo com o Art. 24, Inciso I da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, são direitos morais do autor “ I- o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra” (BRASIL, 1998). Já na relação do proprietário de um bem físico com este, uma vez ocorrida sua transmissão de direitos para terceiro, é encerrado qualquer laço dele com o bem em questão (BRANCO, 2011, p. 24). Dessarte, cabe ainda destacar que, os direitos autorais são previstos na Constituição Federal como um direito fundamental em seu Art. 5º, incisos XXVI e XXVIII, deste modo, dispõe:

[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução de imagens e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes, e às respectivas representações sindicais e associativas.

[...]

Desse modo, segundo Henrique da Cunha Tavares, e Adriano Sant’Ana Pedra em sua obra “A eficácia dos deveres fundamentais”, os direitos teriam, sobretudo, a função de manter o exercício do poder estatal dentro dos limites da liberdade e da autonomia seres (TAVARES; PEDRA, 2014, p. 6)

De maneira análoga, ao abordar a definição de propriedade intelectual em sua obra “Uma Introdução à Propriedade Intelectual”, Denis Borges Barbosa conceitua a

Propriedade Intelectual como um capítulo do Direito, de alta internacionalização, que engloba não somente o campo dos direitos autorais, como o campo da Propriedade Industrial, entre outros direitos que incidem sobre os bens dessa natureza, que se compreendem em diversos gêneros (BARBOSA, 2003, p. 10). Ou seja, entende-se propriedade intelectual, de uma maneira geral, como tudo aquilo proveniente da criatividade humana, englobando músicas, quadros, obras de desenho industrial, patentes, entre outros (BARBOSA, 2003, p. 10).

Assim, destaca-se que o termo discutido engloba três grandes áreas, sendo essas o Direito Autoral, a Propriedade Industrial e a Proteção *Sui Generis* (EDWIRGES, 2023, *online*). Como objeto de estudo deste presente trabalho, explica-se primeiramente o conceito de Direito Autoral, isto é, aquilo relacionado ao direito do autor propriamente dito. Direito Autoral, portanto, é o conjunto de direitos que todo autor tem sobre sua criação, sejam eles morais, ou econômicos (SEBRAE, 2014, *online*). O direito em questão é regulamentado pelas Leis números 9.609/1998 e 9.610/1998, que versam sobre os direitos autorais em programas de computação, e direitos autorais em demais criações intelectuais, respectivamente.

Como objeto de estudo desse presente trabalho, dar-se-á foco na lei 9.610/1998, a qual versa sobre obras de cunho criativo, especificadas no artigo 7º, incisos de I a XIII da lei em questão (com exceção dos programas de computação, uma vez que possuem legislação própria). Outrossim, como antes dito, o conceito de Propriedade Intelectual não se resume unicamente naquilo que diz respeito ao direito do autor, tratando-se, na realidade de um grande “guarda-chuva” com várias facetas, as quais protegem as diferentes formas em que essa se apresenta.

Diante disso, apresenta-se, o conceito de propriedade industrial, e de que forma esta se difere do direito autoral supracitado. A propriedade industrial é regulamentada pela Lei número 9.279/1996, e no instituto em questão, o propósito é de resguardar, sobretudo, as criações intelectuais que possui fins utilitários, por meio de instrumentos como patentes e registros (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, *online*). Há, todavia, um outro objetivo a ser conquistado com o instituto da Propriedade Industrial, sendo este a repressão da concorrência desleal (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, *online*), protegendo o inventor, ou o empresário, de diferentes formas, atuando tanto na exploração da invenção em si,

como no registro de marca do empreendimento em questão (SEBRAE, 2023, *online*).

Dentre os bens protegidos pela propriedade industrial, estão as marcas, as indicações geográficas, os desenhos Industriais, as patentes, as topografias de circuitos integrados, e a proteção de informação confidencial. Diante disso, no que diz respeito às marcas, o seu registro é nada menos que um título responsável por conceder a propriedade e uso exclusivo da marca em todo território nacional (SCHMIDT, 2018, *online*). Deste modo, o artigo 122 da Lei número 9.279/1996 diz que “são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais” (BRASIL, 1996).

Deste modo, a fim de resguardar a identidade de uma marca em questão, faz-se de suma necessidade que haja, o registro desta junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Com exceção de casos específicos de notoriedade, ou de alto renome, o mesmo nome de marca poderá ser registrado várias vezes por diferentes pessoas, desde que para atividades diversas entre si (SCHMIDT, 2018, *online*). Sérgio Branco diz ainda que a marca é o bem de propriedade intelectual mais semelhante a uma verdadeira propriedade, uma vez que, com a possibilidade de prorrogação dos prazos de proteção, há uma certa possibilidade em se cogitar a perpetuidade da propriedade destas (BRANCO, 2011, p. 31).

A indicação geográfica, por sua vez, é responsável por promover determinados produtos e a herança histórico-cultural que é atrelada a estes, que por sua vez é intransferível (SEBRAE, 2016, *online*). Diante disso, pode-se dizer que através da indicação geográfica, há, portanto, a valorização de produtos tradicionais que se vinculam a determinado território (SEBRAE, 2016, *online*). Há uma exclusividade garantida aos produtores de determinado produto, localizados em uma área específica e delimitada, sendo o produto único dos produtores de determinada região, auferindo um certo padrão de qualidade no que diz respeito ao produto produzido (SEBRAE, 2016, *online*). Diante disso, o artigo 176 da Lei número 9.279 de 14 de maio de 1996 diz que “constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem” (BRASIL, 1996).

Já os Desenhos Industriais, podemos dizer que estes dizem respeito a aparência física de um produto ou embalagem e promovem exclusividade sobre seu formato plástico tridimensional, ou seu conjunto bidimensional que se refere às linhas e cores que o compõem (SCHIMIDT, 2018, *online*). Assim, a definição de Desenho Industrial se resume em nada menos que em um título de propriedade temporária concedido pelo Estado ao autor, ou demais pessoas que possuam direitos derivados deste, a fim de impedir que terceiros pratiquem atos com a matéria protegida sem a sua prévia autorização (BRASIL, 2020, *online*). Diante disso, o artigo 95 da Lei número 9.279 de 14 de maio de 1996 dispõe que:

Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial (BRASIL, 1996).

Ademais, a título de informação, destaca-se que desde a promulgação da Lei nacional de Propriedade Industrial, de número 9.279/1996, os desenhos Industriais serão protegidos através de registro, e não de patentes (BRASIL, 2020, *online*). Neste sentido, segundo a já citada lei de Propriedade industrial 9.279 de 14 de maio de 1996, em seu Art. 6º, que diz respeito às patentes, diz que “ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta Lei.” (BRASIL, 1996). Deste modo, explica-se patente como um título que garante aos inventores uma propriedade temporária sobre determinada invenção ou modelo de utilidade, de modo que previne e impede que terceiros se utilizem de produtos objetos desta, sem sua devida autorização e consentimento (BRASIL, 2020, *online*).

Em um mesmo contexto, voltando-se para a temática do direito autoral, destaca-se que este se divide em direitos morais e direitos patrimoniais, tendo o autor o direito de explorar e gozar de ambos (LECIOLI, 2016, *online*). De mesmo modo, explica-se que os direitos morais da produção criativa são direitos pessoais, sendo estes inalienáveis, mesmo que tenha sido transferido os direitos comerciais da obra a terceiro, possibilitando que o autor permaneça com o direito de reivindicar sua autoria e de proteger a integridade de sua obra (FACHINI, 2023, *online*).

Assim, segundo Sérgio Branco e Pedro Paranaguá, em sua obra “Direitos Autorais”, direitos morais são considerados um direito da personalidade, e estão intrinsecamente ligados à relação do autor com sua obra, isto é, a maneira como esta foi elaborada, sua titulação, e a divulgação desta (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 47). Portanto, destaca-se que o autor sempre terá o direito de ter seu nome vinculado às obras de sua autoria, mesmo se esta já estiver caído em domínio público, ou ainda que este não exerça mais seus direitos patrimoniais em virtude de alienação destes direitos a terceiros (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p.48).

Deste modo, de acordo com o exposto no artigo 27 da Lei número 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, “Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis” (BRASIL, 1998) sendo assim, mesmo que este venha a renunciar de seus direitos patrimoniais sobre a obra eventualmente, o mesmo não poderia ser feito com os direitos morais desta. Outrossim, diz-se que, em virtude dos direitos morais, o autor poderá tanto manter sua obra em circulação como retirá-la, além de que lhe compete modificá-la sempre que lhe convier, podendo vetar qualquer modificação a esta, se for de sua vontade (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 48).

Em um mesmo pensamento, segundo a mesma obra supracitada, há também aquilo que chamamos de direitos patrimoniais, sendo estes a parte que se refere a avaliação econômica da obra nos aspectos do direito autoral, possuindo, portanto, sobretudo, caráter patrimonial (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 52-53). Deste modo, segundo o Art. 28 da lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998). Sendo assim, entendem-se os “direitos patrimoniais” citados como o controle sobre o uso comercial e a exploração financeira das obras (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 48).

Sérgio Branco, em sua obra “O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro” explica que os direitos patrimoniais serão aqueles que autorizaram o uso e a exploração econômica da obra, direitos estes que possuem prazo de validade, e se expiram após um determinado período (BRANCO, 2011, p. 2). Explica-se ainda que, após o fim do prazo concedido para gozar-se dos direitos patrimoniais, a obra ingressa em domínio público (BRANCO, 2011, p.2). Dessarte, Sérgio Branco diz que os direitos patrimoniais possuem prazo para se extinguirem, sendo que o tempo padrão para tal

o de setenta anos a serem contados a partir do dia 1º de janeiro subsequente a morte do autor (BRANCO, 2011, p.3).

Neste contexto, levanta-se um questionamento acerca dos termos autoria e titularidade, isto é, qual é a diferença entre os dois, e de que modo eles se relacionam. Autoria é o termo utilizado para descrever um direito da personalidade unicamente utilizado para a pessoa criadora de uma obra, sendo destacado que o emprego deste termo é válido de maneira exclusiva para pessoas físicas, uma vez que já é pacificado o entendimento de que apenas o ser humano é capaz de criar, não podendo, por exemplo, a pessoa jurídica criar e ser autora de algo (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 39). Deste modo, segundo o artigo 11 da Lei número 9.610 de 19 de janeiro de 1998 “Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998).

Titularidade, todavia, é um termo mais abrangente no que diz respeito às pessoas que poderão ser consideradas titulares de algo, isso significa que, ainda que haja uma pessoa física autora, esta poderá, caso desejar, transferir a titularidade de sua criação (ou seja, de sua obra) para qualquer terceiro, sendo esta pessoa física ou jurídica (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 39). Dessarte, a autoria nada mais é que um direito do autor, sendo este intransmissível, recaindo apenas sobre a(s) pessoa(s) criadora(s) da obra, independente desta ser titular da criação, ou, da obra ter caído em domínio público (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p.4).

Nesta ótica, destaca-se ainda, como fora supracitado, que a autoria não se extingue, há um vínculo indissolúvel entre autor e obra, diferente da titularidade dos direitos patrimoniais, haja vista que ainda que tiver findado o prazo de exercício dos direitos patrimoniais da obra, e ela cair em domínio público, o autor poderá, de mesmo modo, reivindicar sua autoria sobre esta (BRANCO, 2011, p. 24). Titularidade, portanto, diferentemente da autoria, pode ser transferida a terceiros, deste modo, ainda que continue sendo autor da obra, o autor poderá transferir seu direito a um amigo, por exemplo, sem que esta transferência implique em anulação da sua condição de autor da obra, ainda que os exercícios de seus direitos econômicos caiam sobre o destinatário da titularidade da obra em questão (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 40).

Diante do exposto, faz-se necessário uma discussão acerca da temática do domínio público. Segundo Sérgio Branco em sua obra “O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro” o domínio público, de maneira simplificada, representa o fim dos direitos patrimoniais do autor, comumente ocasionado pelo fim de prazo previsto em lei (BRANCO, 2011, p. 2). Neste cenário, o domínio público dá à sociedade a possibilidade de se utilizar de obra de autoria alheia independente de prévia autorização daquele que a criou, isto é, de seu autor original, ou se for o caso, de seus sucessores, ou de outros titulares de direitos autorais, ainda que a utilização em questão possua fins comerciais (BRANCO, 2011, p. 2).

O instituto do Domínio Público serve como um estímulo para a criação intelectual, sendo a limitação do uso de obras desta natureza uma prática abusiva, haja vista que é de direito da sociedade dispor destas, servindo como um de cultura e de conhecimento (BRANCO, 2011, p. 3). Deste modo, o Art. 33 da Lei 9.610/98 diz que “Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor” (BRASIL, 1998). Além disso, em seu artigo 24, §2º, a Lei número 9.610/1998 dispõe que “Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público” (BRASIL, 1998).

Segundo o autor Rodrigo Vieira (2024, *online*), a ampliação ou redução dos prazos dispostos em lei para a duração dos direitos patrimoniais na esfera da propriedade intelectual volta e meia retorna ao debate público, sendo cercada de opiniões diversas, e inúmeras críticas (VIEIRA, 2024, *online*). Nesta via, as discussões acerca da ampliação dos prazos de proteção das obras intelectuais se dão, sobretudo, por se reconhecer o potencial econômico que estas ainda possam ter (VIEIRA, 2024, *online*). Todavia, como bem retrata Sérgio Branco em sua obra “O Domínio Público no direito Autoral Brasileiro”, há uma abusividade no ato de limitar o uso de obras em domínio público, haja vista que reconhece a importância destas para a difusão da cultura e do conhecimento na sociedade (BRANCO, 2011, p. 3).

Nesta perspectiva, Sérgio Branco diz que, pelo ponto de vista econômico, não faz sentido o prazo de proteção de uma obra ser excessivamente grande, haja vista que “se o objetivo conferido pela exclusividade é promover a criação, que criação se pode esperar de um autor morto, já que a proteção se estende – e muito – para além

da vida do autor?” (BRANCO, 2011, p. 59). Segundo Branco, em regra, não se evidencia o interesse de haver direitos autorais perpétuos sobre os bens intelectuais, uma vez que, se o grande fundamento da exclusividade diz respeito à remuneração do autor, ele deixa de existir no momento de sua morte (BRANCO, 2011, p. 62).

Outrossim, apesar de muitos defenderem a manutenção do direito para além da morte do autor visando o amparo familiar, há de se considerar que o decurso do tempo, na maioria dos casos, é responsável pela perda de valor econômico das obras em questão, não sustentando o argumento apresentado, em grande parte dos casos (BRANCO, 2011, p. 62). Em sua obra em questão, Branco cita ainda o exemplo da reforma do prazo de proteção de direitos autorais de obras fonográficas na Argentina passando de 50 para 70 anos sob a justificativa do eminente ingresso em domínio público da cantora Mercedes Sosa que fora gravado em 1961, e que entraria em domínio público no ano de 2012, dois anos após a reforma (BRANCO, 2011, pp. 62-63). Diante disso Branco explica que:

[...] segundo noticiado pela imprensa, o LP se encontrava fora de catálogo havia 48 anos, de modo que a prorrogação, sem que se impusesse qualquer obrigação aos titulares dos direitos, nada mais seria do que uma extensão no prazo contratual em benefício de apenas uma das partes. Ou seja, nem sempre o aumento do prazo de proteção significa, de fato, resguardar os interesses econômicos de quem quer que seja. Muitas vezes perde o artista (ou perdem seus herdeiros) e perde o público (BRANCO, 2011, p. 63).

Nessa perspectiva, indaga-se, de que forma obras antigas como a “*Odisseia*” de Homero, ou até mesmo “*Romeu e Julieta*” de William Shakespeare seriam passíveis de serem utilizadas para a criação de obras derivadas, uma vez que encontrar os titulares destas, tanto tempo depois de sua criação seria uma tarefa quase impossível, e ainda que se fosse possível localizar um descendente ou outro dos autores mencionados, como seria estipulado o valor a ser pago para a utilização destas? Ou a quem se pagaria? (BRANCO, 2011, p. 63). Diante disso, é inegável que a incidência do domínio público em obras criativas é essencial com o decurso do tempo, sendo não apenas algo de extremo valor para a movimentação econômica, como também para o nascimento de novas obras e novos autores (BRANCO, 2011).

Dessarte, diante do exposto, explica-se o conceito de obra original, e obra derivada, buscando melhor compreensão acerca da temática. Obras originárias, como bem diz

o nome, são aquelas que servirão de matéria prima para a criação de novas obras, uma vez que adentrar o domínio público (BRANCO, 2011, p. 58). Assim, compreende-se que o conceito em questão, na prática, diz respeito a obra criada sem derivar de outra específica. Deste modo, de acordo com a conceituação de obra originária exposta na lei de direitos autorais, segundo o artigo 5º, inciso VIII, alínea “f”, da Lei número 9.610/1998, é “originária - a criação primígena” (BRASIL, 1998).

Diante disso, de acordo com a conceituação de obra derivada segundo o artigo 5º, inciso VIII, alínea “g”, da Lei número 9.610/1998, é “derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária” (BRASIL, 1998). Obras derivadas, deste modo, dizem respeito a obras que nasceram a partir da utilização de uma outra obra, englobando um grande espectro de possibilidades, variando desde traduções para outras línguas, até adaptações de livros para o cinema, bem como remixes, entre outros (MEDIUM, 2021, *online*).

Assim, há de se destacar que, mesmo que uma obra decorra de outra que se encontra em domínio público, sendo derivada desta, o autor da nova obra gozará de direitos autorais sobre esta, se incorrendo do mesmo prazo de proteção e direitos econômicos que gozaria qualquer autor em quaisquer novas criações que porventura vierem a ter, ainda que com o mínimo de originalidade em sua criação (BRANCO, 2011, p. 173-174). Todavia, embora haja proteção autoral sobre a nova obra derivada, o autor desta não poderá, contudo, se opor que terceiros se utilizem da mesma matéria-prima que fora utilizado para formular seu trabalho para a criação de outras obras derivadas, ainda que minimamente originais (BRANCO, 2011, p. 174).

2.3 - A inteligência artificial e os direitos do autor

Rembrandt Harmenszoon van Rijn é o nome de um falecido pintor holandês, conhecido mundialmente por seu trabalho artístico, o qual carrega consigo há tempos, o reconhecimento popular de ser um dos principais nomes do Barroco europeu (FRAZÃO, 2022, *online*). Falecido no ano de 1669, Rembrandt teve a relevância de seu trabalho reconhecida a partir do século XIX, séculos após o fim de sua vida (FRAZÃO, 2022, *online*). Em 5 de abril de 2016, quase quatrocentos anos após sua morte, o mundo fora surpreendido com a revelação daquilo que acreditou-se tratar de uma pintura nunca vista do artista Holandês, titulada de “*The Next Rembrandt*”, todavia, brevemente depois, entendeu-se tratar não de uma descoberta, e sim de um trabalho artístico produzido por Inteligência Artificial, o qual buscou replicar os traços e estilo de pintura do Holandês para dar vida a obra supracitada (DIVINO; MAGALHÃES, 2020, p. 168-169).

Não obstante, o caso descrito não foi o primeiro, nem será o último deste tipo. Quando comparada às obras originais de Rembrandt, *The Next Rembrandt* passa despercebido como uma obra autêntica de autoria do pintor até pelos olhos mais treinados de estudiosos da arte (TAUK, 2022, *online*). Casos como estes desafiam o sistema jurídico da propriedade intelectual, haja vista que, na cultura jurídica internacional, a proteção autoral é dada somente para os seres humanos, e aquilo que estes criam, levando a ideia de autor a se tornar completamente difusa perante o novo cenário de criação artística nascido com as tecnologias de IA (TAUK, 2022, *online*). Dessarte, questiona-se, a quem pertenceria a autoria da obra *The Next Rembrandt*? Ao próprio pintor falecido, que teve seus traços e estilo artístico replicados pela tecnologia de IA? Aos cientistas e artistas que treinaram e criaram o sistema inteligente? À pessoa que deu os comandos à máquina para produzir a obra? Ou ao próprio sistema de inteligência artificial? (TAUK, 2022, *online*).

Analogamente, em 2022, o designer Jason Allen foi ganhador de uma competição de artes do Colorado, nos Estados Unidos, com uma obra produzida inteiramente por Inteligência Artificial, através de uma ferramenta chamada *Midjourney*, um *software* capaz de criar desenhos e fotografias realistas por meio de um comando de texto (SARAIVA, 2022, *online*). O site da competição aponta que Jason ganhou trezentos dólares pelo primeiro lugar, cerca de mil e quinhentos reais, e que ele foi

vencedor da categoria “fotografia digitalmente manipulada”, reunindo estilos de pintura clássicas, como o renascentismo e o barroco, e representando três mulheres com vestidos esvoaçados, olhando para aquilo que se assemelha a um fundo iluminado (SARAIVA, 2022, *online*). O *designer* ganhador revelou ainda que levou mais de novecentas tentativas para o *software* gerar a imagem desejada, reescrevendo o roteiro diversas vezes até ficar satisfeito com o resultado (SARAIVA, 2022, *online*).

Naturalmente, o caso ganhou grandes proporções não apenas entre os competidores da feira, mas também no mundo virtual, levantando diversos debates e questionamentos acerca do resultado, e levando muitos a questionarem a quem de fato pertencia a autoria da peça premiada (SARAIVA, 2022, *online*). Dentre as críticas prestadas, houve inclusive acusações de “plágio automatizado”, haja vista que, segundo os internautas, a peça retratada nada mais é que um conglomerado de milhões de peças de arte encontradas *on-line*, trazendo a tona críticas já comuns ao pensamento popular a respeito de peças produzidas pela IA, como o medo da tecnologia em questão dizimar o trabalho criativo e o exercício da criatividade pelas pessoas, borrando os limites da realidade, ou até da mesmo da tecnologia poder vir sufocar a arte humana (SARAIVA, 2022, *online*). Em contraponto, há também os otimistas que acreditam ser possível a convivência entre os dois tipos de arte, aquela gerada por IA, e a produzida por seres humanos, desde que a arte produzida pela tecnologia inteligente seja explicitamente descrita como tal (SARAIVA, 2022, *online*).

Diante do exposto, embora ainda não haja regulamentação específica para o tema, a fim de melhor entender as perspectivas de mudanças que o futuro oferece, destaca-se o projeto de lei federal mais evidente acerca do assunto, o Projeto de Lei número 2338, de 2023, de iniciativa do senador Rodrigo Pacheco, a qual, trata de estabelecer normas gerais a respeito do desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial no Brasil (BRASIL, 2023, p. 1). Acerca do projeto de lei mencionado, a (Autoridade Nacional de Proteção de Dado - ANPD) elaborou uma análise preliminar desta, a qual expõe que, a proposta de lei estabelece uma regulação com base em riscos, além de uma modelagem regulatória baseada em direitos (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, 2023,

p. 2). Deste modo, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados explica também que, o Projeto de Lei número 2338/2023 proíbe programas de IA que possuem um risco excessivo, delimitando os sistemas de risco elevado, e suas obrigações, além de prever direitos às pessoas afetadas pelo funcionamento do software inteligente (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, 2023, p. 2).

A análise preliminar expõe ainda que, o projeto de lei supracitada trata de assegurar que devem ser fornecidas informações claras e adequadas à pessoa afetada, além de haver a identificação dos operadores do sistema de IA e informação sobre medidas de governança empregadas no desenvolvimento e emprego do sistema (ANPD, 2023, p.3). Ademais, a ANPD trata ainda de explicar que, o projeto de lei em questão, busca abordar classificações de risco excessivo e risco alto, uma vez que delimita a regulação relacionada aos desdobramentos de risco dos softwares inteligentes, considerando os diferentes níveis de risco que demonstram a necessidade de variados níveis de restrições e garantias proporcionais, haja vista que, uma característica relevante comuns aos sistemas de alto risco é o tratamento de dados pessoais e de dados sensíveis, uma vez que são feitos para terem tomadas de decisões automatizadas que podem vir a ter impactos significativos nos direitos e interesses de indivíduos (ANPD, 2023, p. 5) Outrossim, deve-se destacar ainda que, a preservação de dados tornou-se um assunto emergente diante dos avanços da *internet*, uma vez que os provedores de serviços on-line possuem o dever de manter em sigilo todos os dados usados em cadastros, além da conexão de seus usuários, podendo estes serem abertos somente diante do cometimento de ato ilícito, através de ordem judicial (ZACHÉ; ALBUQUERQUE, 2017, p. 92).

Diante do exposto, trazendo a análise para as leis brasileiras atualmente vigentes no ramo da propriedade intelectual em casos de produções criativas por ferramentas de inteligência artificial, e a fim de se obter uma melhor compreensão acerca da aplicação destas, faz-se necessário retomar e analisar a maneira como a atual legislação brasileira define os conceitos de obra intelectual, autoria, e titularidade, apontando os requisitos para o cumprimento de cada um desses elementos, individualmente, uma vez que serão necessários para a aferição da titularidade de uma eventual obra criativa, incorrendo-se do mesmo a análise de uma obra fruto de IA generativa, a qual é o tema deste presente trabalho (LESSA, 2023, *online*). De

acordo com a Lei de Direitos Autorais, número 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, obra intelectual é um termo usado para apreciar todas as criações do espírito humano, bem como obras literárias, criações artísticas e científicas, e obras musicais e audiovisuais, refletindo o caráter original e criativo do autor, além de que é protegida desde sua criação, sendo necessário que haja sua exteriorização em qualquer meio ou suporte, tangível, físico, ou intangível, bem como meios virtuais (LESSA, 2023, *online*).

Dessarte, de acordo com a Lei 9.610/98, em seu artigo 11:

“Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.” (BRASIL, 1998).

Deste modo, destaca-se da lei exposta que, autor deve ser pessoa física, considerado aquele que exterioriza um pensamento, ou uma criação de espírito, haja vista que a obra intelectual nada mais é que um reflexo da individualidade do ser que a compôs (LESSA, 2023, *online*). Todavia, embora haja previsão legal que permite a pessoa jurídica a se assegurar dos mesmos direitos do autor pessoa física, esta não implica que a pessoa jurídica assumirá o papel de autor da obra, embora possa ser titular de direitos autorais, haja vista que a titularidade de uma obra pode ser transferida a terceiros, até mesmo a pessoas jurídicas, diferente da autoria desta, que permanecerá em domínio daquele que a criou até mesmo após o seu ingresso em domínio público (LESSA, 2023, *online*).

Diante do exposto, ao analisar e relacionar os casos supracitados e seus similares, e a atual legislação brasileira, é correto afirmar que não há, hoje, uma legislação específica que busque tratar das questões legais ligadas ao cenário de produção criativa advindas de Inteligência Artificial Generativa (LESSA, 2023, *online*). Dessarte, ao contemplar o texto normativo vigente, bem como as doutrinas que versam sobre o assunto, notar-se-á que há uma grande escassez e falta de consenso a respeito da temática, fazendo necessário uma análise mais aprofundada do tema, a fim de estabelecer se as obras oriundas de Inteligência Artificial estão, ou não, sob a proteção da Lei de Direitos Autorais, bem como a quem será concedido o título de autor dos referidos trabalhos (LESSA, 2023, *online*).

Outrossim, à luz da Lei de Direitos Autorais, e da Convenção de Berna, é possível entender que, embora haja dúvida acerca do cumprimento ou não dos requisitos formadores de uma obra, quais sejam a originalidade e a criatividade, em trabalhos originários de softwares inteligentes, bem como se este seria passível de produzir uma criação de espírito, a referida lei não se omite em descrever autor como pessoa física, sendo objetiva em seu enfoque humanístico, e afastando, por consequência, a possibilidade de uma IA ser autora por si própria, pelo menos na legislação vigente (LESSA, 2023, *online*). Nesta ótica, vislumbrando um futuro em que uma tecnologia de Inteligência Artificial possa se tornar autora do próprio trabalho, deve-se entender que, para tal, o caminho é longo, e deverá ocorrer através de pressão aos órgãos legislativos competentes, desconsiderando qualquer possibilidade do gênero a curto prazo, forçando, neste presente momento, obras oriundas da tecnologia inteligente a se submeterem a uma lei incompatível com estas, criada por um viés econômico por influência de grupos que visam tão somente o ganho monetário advindo destas, e não a difusão das obras (GONÇALVES, 2019, p. 118).

Deste modo, em vista do que fora supracitado, entende-se que, embora não haja compatibilidade legislativa com a tecnologia inteligente, esta não deixará de existir, tampouco de ser usada, devendo ser desenvolvida e trabalhada por meio de alternativas disponíveis para tal dentro do próprio texto legislativo vigente (GONÇALVES, 2019, p. 118). Por outro lado, embora o Brasil ainda esteja engatinhando na legislação da matéria evidenciada, outros países já tomaram os primeiros passos para se adequarem à evolução tecnológica, e resolverem a problemática em questão. Diante disso, destaca-se a disposição do texto legislativo britânico a respeito da pessoa do autor em casos de obra gerada por ferramentas inteligentes:

No caso de obras literárias, dramáticas, musicais, ou artísticas que forem geradas por computador, o autor deverá ser considerado a ser a pessoa por quem os arranjos necessários para a criação do trabalho criativo foram tomados (UNITED KINGDOM, 1988, s.p)³.

Em vista do texto supracitado, entende-se que a legislação britânica considera autor aquele que dá os comandos necessário para o computador gerar a obra criativa, isto

³ No original: ***“In the case of a literary, dramatic, musical or artistic work which is computer-generated, the author shall be taken to be the person by whom the arrangements necessary for the creation of the work are undertaken”*** (UNITED KINGDOM, 1988, *online*)

é, a pessoa que opera a ferramenta, e a instrui para esta gerar o que ele próprio deseja na obra (GONÇALVES, 2019, p. 119).

Nesta mesma ótica, ao analisar o texto legislativo americano, percebe-se que não há quaisquer menções de obras criadas por softwares inteligentes, todavia, o *United States Patent and Trademark Office* - USPTO⁴, uma agência federal americana responsável por registrar patentes e marcas, que seria equivalente ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) no Brasil, possui uma resolução específica a respeito do tema, datada em 1984 (GONÇALVES, 2019, p. 119-120). Deste modo, destaca-se:

O Escritório de Direitos Autorais dos EUA registrará um trabalho original de autoria, uma vez que a obra tenha sido criada por um ser humano. A lei de direitos autorais protege apenas os “frutos do trabalho intelectual” que “são fundados nos poderes criativos da mente” [...] Porque a lei de direitos autorais é limitada às concepções intelectuais originais do autor”, o Escritório se recusará a registrar um pedido se determinar que um ser humano não criou o trabalho [...] (USPTO, 2021, p. 7)

Nesta seara, no cenário europeu, as leis e diretivas vigentes que tratam de direitos autorais, carecem em tratar da maneira como as obras originárias de tecnologias de Inteligência Artificial serão tuteladas, embora já tenha reconhecido que há, de fato, uma carência a respeito do tema, todavia, ainda não apresenta ainda uma solução definitiva sobre como há de ser tratado (GONÇALVES, 2019, p. 121-122).

Diante do exposto, entende-se por fundamental que haja a implementação de mudanças no arcabouço jurídico brasileiro para comportar a reforma na produção criativa que está sendo implementada pela evolução tecnológica do mundo moderno. Neste sentido, embora o tema seja de grande complexidade, conflitando com inúmeras partes da legislação vigente, a implementação de mudanças, embora de maneira vagarosa, é sem dúvidas o melhor caminho para a resolução do conflito apresentado. Ainda que o tema já tenha começado a ser debatido desde o século passado, como é o caso da legislação britânica, este tem apenas começado a ganhar destaque agora, com a popularização de ferramentas como o *ChatGPT*, *Midjourney*, entre outros. Deste modo, opiniões e pensamentos acerca da temática ainda permanecem difusos, não havendo uma concordância acerca de qual caminho seguir, e quais mudanças implementar, fazendo-se necessária uma análise do

⁴ *United States Patent and Trademark Office*.

cenário atual, e considerando todas as variáveis envolvidas neste, como a questão da autoria e da titularidade de obras frutos da tecnologia inteligente, e do uso de obras protegidas por direitos autorais para alimentar ferramentas de IA.

Dessarte, tal como exposto anteriormente, como é de se esperar uma mudança vagarosa no texto vigente, não resta outra alternativa no momento que não a de usar das normas já existentes para se adequar a realidade atual, deste modo, em relação ao tema de autoria, previamente discutido, algumas alternativas se mostram presentes ao interpretar o exposto no artigo 11 da Lei número 9.610/1998, o qual dispõe que “Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998). Primeiramente, quando tratando de obras criadas por Inteligência Artificial de maneira autônoma, isto é, através da “espontaneidade” da máquina, sem quaisquer comandos ou intervenção humana, seria mais adequado que lhe fosse atribuído o ingresso imediato em domínio público, haja vista que não contou com a participação direta de uma pessoa física, não havendo em si o elemento da criatividade, tampouco do papel da pessoa física na criação da obra produzida. Deste modo, é necessário levar em consideração que, a IA Generativa é capaz de criar conteúdos novos através da extrapolação de seus dados de treino (PAVLIK, 2023, *online*), deste modo, há a necessidade de que lhe seja alimentado uma grande quantidade de obras, muitas dessas já protegidas por direitos autorais, para que a criação de uma nova obra aconteça, o que mais uma vez demonstra a carência do elemento da originalidade, e a ausência da participação de uma pessoa física diretamente no desenvolvimento da produção desta.

Outrossim, nos casos em que as obras produzidas pelo software inteligente sejam derivadas de interações humanas com este, isto é, através de comandos de uma pessoa física, não há que se dizer que não exista a figura da pessoa física no processo, tampouco que não se tenha o envolvimento da criatividade e da originalidade neste, uma vez que, nesses casos, a Inteligência Artificial Generativa funcionará simplesmente como uma ferramenta para a realização de uma ideia originária do autor, exteriorizando uma criação de espírito deste, sendo compatível com o exposto no artigo 7º da Lei número 9.610/1998, o qual dispõe que:

“São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” (BRASIL, 1998).

Dessarte, há de se dizer ainda que o texto normativo britânico anteriormente exposto melhor se adequa a ideia defendida, uma vez que define a autoria de uma obra gerada por computador pela pessoa que tomou os arranjos necessários para a formação do trabalho (UNITED KINGDOM, 1988, online).

De maneira análoga, quando analisada a polêmica utilização de obras intelectuais protegidas por direitos autorais para alimentar softwares inteligentes, e posteriormente dar vida a novas obras com base nestas, deve-se considerar diversos fatores para de fato entender e aplicar as normas adequadas. Desse modo, diz-se, primeiramente, que o próprio processo criativo que a mente percorre para dar vida a uma nova criação tem como base o uso de obras, conhecimento, e vivências prévias da pessoa que fará tal. Deve-se, então, entender que, de certo modo, a criação de uma obra por uma pessoa física, também se estenderá, muitas vezes, a inspirar-se em criações alheias, exteriorizando-as como parte de sua vivência e conhecimento de mundo, para dar vida a uma nova obra, que ainda assim será original, e dotada de criatividade. Portanto, deve-se considerar que, embora haja o uso de diversos trabalhos privados para a constituição de uma criação nova por IA, desde que esta não seja por óbvio algo intencionalmente copiado de um outro autor, e sim um aglomerado de ideias que tiveram vida através de sua própria, o caminho percorrido com a tecnologia nada mais foi que similar ao da própria mente humana, devendo a pessoa que arranjou os comandos para a criação de tal ser, de fato, reconhecida como autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inteligência artificial é o nome do campo da ciência e da engenharia que possui um enfoque em criar sistemas e programas de computação capazes de efetuar tarefas de maneira inteligente (MCCARTHY, 2007, p. 2). A tecnologia em questão foi criada no ano de 1943, quando Warren McCulloch e Walter Pitts desenvolveram o primeiro sistema computacional para redes neurais, embora o nome “Inteligência Artificial” ainda não fosse usado (ZENDESK, 2024, *online*). Desde sua criação, o software inteligente percorreu um grande caminho evolutivo, expandindo-se para diversas áreas, como a dos Sistemas Especialistas, da Robótica, dos Veículos aéreos, e terrestres não tripulados, entre outras (GOMES, 2010, p. 239).

Com a sua evolução, surgiu a Inteligência Artificial Generativa, que por sua vez, é o nome dado a um subconjunto de tecnologias de *Machine Learning*, um tipo de IA que desenvolveu a capacidade de criar respostas rápidas a solicitações de textos, podendo variar em tamanho e complexidade (PAVLIK, 2023, *online*). Dessarte, trilhando seu caminho evolutivo, mais recentemente a tecnologia em questão deixou de funcionar apenas com textos e hoje, variações dela já conseguem produzir conteúdos novos de áudio, imagem e vídeo (PAVLIK, 2023, *online*). Em virtude disso, diversos problemas acerca dos direitos autorais relacionados às obras criadas pela ferramenta em questão passaram a existir, causando grande revolta na *internet* em discussões que tratavam as criações novas como um resultado de plágio.

Deste modo, entendeu-se ser de extrema necessidade a implementação de normas específicas para a regulação da tecnologia de Inteligência Artificial, sobretudo no campo da Propriedade Intelectual, uma vez que foi constatado a incompatibilidade do ordenamento jurídico vigente com o avanço tecnológico exposto, carecendo de tratar de tópicos essenciais para regulamentar a produção criativa advinda de softwares inteligentes (LESSA, 2023, *online*). Assim, questões acerca da proteção ou não das obras produzidas por IA pela Lei de Direitos Autorais, bem como a maneira como a autoria e titularidade seriam tratadas nesses casos se encontram sem resposta (LESSA, 2023, *online*), havendo a necessidade de buscar na legislação atual, maneiras de a compatibilizar com o tema tratado, haja vista que uma mudança legislativa não possui previsão para acontecer, devendo um longo

caminho de pressão aos órgãos legislativos ser trilhado para tal (GONÇALVES, 2019, p. 118).

Nesta ótica, levando o discutido para o caso concreto, evidencia-se primeiramente o caso do pintor holandês *Rembrandt Harmenszoon van Rijn*, que foi posto a análise a fim de se entender a capacidade da tecnologia em produzir uma obra com traços e características específicas de um determinado artista, e a maneira como tal poderia repercutir na esfera judicial, no campo da propriedade intelectual. Dessarte, acerca do caso em questão, foi revelado ao mundo, quase quatrocentos anos após sua morte, a existência de uma obra que muitos acreditaram se tratar de um trabalho inédito nunca visto do pintor, mas que mais tarde revelou-se tratar de uma obra inteiramente produzida por tecnologia de Inteligência Artificial Generativa, a qual buscou replicar os traços e técnicas do pintor holandês, a fim de produzir um trabalho no mesmo estilo que este pintava, enganando até os olhos mais treinados de estudiosos da arte (DIVINO; MAGALHÃES, 2020, p. 168-169).

Outrossim, problemas acerca da autoria e da titularidade da obra vieram a tona, questionando-se, a quem pertenceria a autoria da obra *The Next Rembrandt*, seria ao próprio pintor falecido, que teve seus traços e estilo artístico replicados pela tecnologia de IA? Aos cientistas e artistas que treinaram e criaram o sistema inteligente? A pessoa que realizou os comandos para a máquina produzir a obra? Ou ao próprio sistema de inteligência artificial? (TAUK, 2022, *online*). De maneira análoga, também foi posto em análise o caso do americano Jason Allen, ganhador de uma competição de artes no Estado do Colorado, nos Estados Unidos, com uma obra produzida inteiramente pela ferramenta de inteligência artificial chamada de *Midjourney*, um software inteligente capaz de gerar imagens realistas através de um comando de texto (SARAIVA, 2022, *online*).

No caso em questão, o designer americano foi alvo de inúmeras críticas pelos demais competidores, gerando bastante alvoroço na *internet* e levantando debates acerca da autoria da peça premiada, bem como acusações de “plágio automatizado” uma vez que a produção de obras por IA são baseadas em milhões de peças produzidas por diversos artistas disponíveis on-line (SARAIVA, 2022, *online*). Deste modo, a fim de melhor entender a visão dos legisladores acerca do tema, uma análise do projeto de lei 2338, de 2023 foi feita necessária, assim, através da

análise preliminar formulada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD acerca do projeto de lei, foi possível estabelecer entendimentos prévios e necessários da proposta legislativa mencionada, haja vista que expôs diversos pontos de funcionamento do projeto de lei em questão, além de enfatizar os pontos de maior relevância para o entendimento popular (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, 2023).

Assim, em consonância com todo o exposto no trabalho apresentado, buscando elaborar a melhor solução a ser percorrida, concluiu-se por mais adequado, em primeiro momento, enquadrar as eventuais problemáticas no campo dos direitos autorais que as ferramentas inteligentes poderão gerar às leis já vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, de modo que, no que diz respeito aos temas de autoria, titularidade, e uso de obras protegidas pela legislação vigente para a fomentação de tecnologias de IA, fosse adotado o entendimento de ingresso imediato em domínio público em casos de obras autônomas do software inteligente, haja vista que carece de participação direta de uma pessoa física na formulação da obra em questão, não se entendendo por adequado reconhecer-se como autor a inteligência artificial que elaborou a obra, uma vez que carece de personalidade jurídica para tal.

Outrossim, em relação às obras oriundas de interação humana com a tecnologia apresentada, entende-se que, o software inteligente, neste caso, funcionaria como uma mera ferramenta para a expressão criativa do autor, sendo este o responsável por dar os comandos necessários para a formulação da obra desejada, fazendo por meio desta, uma criação original, de autoria sua. De maneira análoga, conquanto a utilização de obras protegidas por Direitos Autorais para a fomentação de ferramentas de IA generativa para a criação de novas desde que esta não seja por óbvio algo intencionalmente copiado de um outro autor, e sim um aglomerado de ideias que tiveram vida através de sua própria, o caminho percorrido com a tecnologia nada mais é que similar ao da própria mente humana, uma vez que a criação do cérebro é um resultado de inúmeras obras que compuseram a experiência humana, e que deram origem a uma nova, inconscientemente inspirada naquelas previamente conhecidas pela pessoa do autor.

Todavia, ressalta-se ainda que, o uso das leis vigentes nos casos de conflitos relacionados à propriedade Intelectual gerados por IA não é o suficiente para resguardar todos os direitos autorais da Pessoa Física afetada por esta, uma vez que, além das problemáticas apresentadas, há inúmeros pontos de conflitos relacionados ao tema que merecem atenção do legislador, e que não serão satisfeitos pela lei vigente, devendo, com o tempo, haver implementações de medidas específicas para tratar da temática abordada, a fim de acompanhar a evolução tecnológica sem deixar de resguardar dos direitos do autor.

REFERÊNCIAS

A evolução e o potencial da inteligência artificial de impactar os negócios. **Exame**, 2023. Disponível em:

<https://exame.com/bussola/a-evolucao-e-o-potencial-da-inteligencia-artificial-de-impactar-nos-negocios/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. Análise preliminar do Projeto de Lei nº 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Gov.br, 2023. Disponível em:

https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/analise-preliminar-do-pl-2338_2023-formatado-ascom.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

BARBOSA, D. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.

BRANCO, S. **O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BRASIL. Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 23 fevereiro 2024.

Projeto de Lei nº 2338, de 2023. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Senado Federal, Brasília, DF, p. 1-33, 2023. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1715114415295&disposition=inline>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Patentes**. Disponível em:

[https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Patentes.html#:~:text=Patentes%20s%C3%A3o%20formas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o,\(3\)%2C%202009](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Notas_Metodologicas/Patentes.html#:~:text=Patentes%20s%C3%A3o%20formas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o,(3)%2C%202009). Acesso em: 2 maio 2024.

CENTRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

Módulo V— obras derivadas e a cultura do remix. **Medium**, 2021. Disponível em:

<https://medium.com/direito-autoral-101/direito-autoral-obras-derivadas-e-a-cultura-do-remix-8899e1b63c63>. Acesso em: 21 abr. 2024.

COMPEDIUM. Copyrightable Authorship: What Can Be Registered. **U.S. Copyright Office**, 2021. Disponível em:

<https://www.copyright.gov/comp3/chap300/ch300-copyrightable-authorship.pdf>
Acesso em: 24 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O que é direito autoral e propriedade industrial?. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-direito-autoral-e-propriedade-industrial/>. Acesso em: 12 abril 2024.

CUTRIM, N; MACHADO, D; COSTA, M. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS**

DEBATES ÉTICOS: impactos negativos do uso indevido da IA na criação de

arte, São Luis, v. 2, n. 3, p. 1-14, out. 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/Isis%20Chamoun/Downloads/CUTRIM,+MACHADO,+COSTA%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Isis%20Chamoun/Downloads/CUTRIM,+MACHADO,+COSTA%20(2).pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

DIVINO, Sthéfano; MAGALHÃES, Rodrigo. Propriedade intelectual e direito autoral de produção autônoma da inteligência artificial, **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 21, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1537/547>. Acesso em: 22 maio 2024.

EDWIRGES, Karla. O que é propriedade intelectual e quais são as formas de protegê-la? **UFJF**, 2023. Disponível em: O que é propriedade intelectual e quais são as formas de protegê-la? - Critt – Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (ufjf.br). Acesso em: 2 março 2024.

FACHINI, Tiago. Lei de Direitos Autorais: principais pontos da Lei 9610/98. **Projuris**, 2023. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/lei-de-direitos-autorais/> Acesso em: 7 mar. 2024.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Rembrandt. **eBiografia**, 2022. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/rembrandt/>. Acesso em: 23 maio 2024.

GOMES, Dennis. Inteligência Artificial: Conceitos e Aplicações. **Revista de publicações da FAARR**, v. 1, n.2, p. 234-245, 2010. Disponível em: https://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/ia_intro.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

GONÇALVES, L. **A tutela jurídica de trabalhos criativos feitos por aplicações de inteligência artificial no Brasil**. Dissertação (Mestrado em direito) - Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 143. 2019.

HIGÍDIO, José. Direito autoral de obras criadas por IA é problema ainda muito longe de solução. **Conjur**, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jul-17/direito-autoral-obras-criadas-ia-problema-ainda-longo-solucao/>. Acesso em: 21 maio 2024.

IA GENERATIVA: ENTENDA O QUE É E COMO FUNCIONA. **Weni**, 2024. Disponível em: <https://weni.ai/blog/ia-generativa/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

IBM. O que é inteligência artificial?? **IBM**. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/topics/artificial-intelligence>. Acesso em: 29 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Guia básico**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico>. Acesso em: 25 abril 2024.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Desenhos industriais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/desenhos-industriais#:~:t>

ext=No%20Brasil%2C%20desde%20a%20promulga%C3%A7%C3%A3o,registro%20e%20n%C3%A3o%20de%20patente. Acesso em: 2 maio 2024.

LECIOLI, Avvocato. O que é Direito Autoral? **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-direito-autoral/364858217>. Acesso em: 5 março 2024.

LEMOS, Amanda. Inteligência Artificial: o que é e como funciona. **Exame**, 2023. Disponível em: <https://exame.com/inteligencia-artificial/inteligencia-artificial-o-que-e-e-como-funciona/> Acesso em: 20 maio 2024.

MCCARTHY, J. What is Artificial Intelligence? **Stanford University**. Disponível em: <https://www-formal.stanford.edu/jmc/whatisai.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

ME, Nikhilgautam. The Impact of AI on Human Creativity: The Potential Reduction in Creative Thinking. **Medium**, 2023. Disponível em: <https://nikhilgautam01.medium.com/the-impact-of-ai-on-human-creativity-the-potential-reduction-in-creative-thinking-1c6f701e40bb>. Acesso em: 22 maio 2024.

MOSCA, Ana. Somente o autor, compositor ou titular de direitos autorais pode autorizar. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/somente-o-autor-compositor-ou-titular-de-direitos-autorais-pode-autorizar/1983360701>. Acesso em: 5 mar. 2024.

PARANAGUÁ, P.; BRANCO, S. **Direitos Autorais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PATENTES. **Gov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/patentes#patente> Acesso em: 3 maio 2024.

PAVLIK, Greg. O que é IA generativa? Como funciona? **Oracle**, 2023. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/artificial-intelligence/generative-ai/what-is-generative-ai/> Acesso em: 20 maio 2024

SARAIVA, Jacqueline. Obra feita por IA causa polêmica após vencer concurso de arte. **Metrópoles**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/ciencia-e-tecnologia-int/obra-feita-por-ia-causa-polemica-apos-vencer-concurso-de-arte>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARLET, Gabrielle; CALDEIRA, Cristina. **A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O ECOSISTEMA INDUSTRIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ABORDAGEM JURÍDICA E ANTROPOCÊNTRICA DO ATUAL DESAFIO DAS PATENTES NA ÁREA DA SAÚDE SOB O PARADIGMA EUROPEU**, Vitória, v. 22, n. 1, p. 132-176, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1889/582>. Acesso em: 22 maio 2024

SCHMIDT, Lélío. Registro da marca. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**, 2018. Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/225/edicao-1/registro-da-marca>. Acesso em: 22 abril 2024.

SILVA, Ricardo. 2024, O ano que definirá o limite do direito autoral na inteligência artificial. **UBC**, 2024. Disponível em: 2024, o ano que definirá o limite do direito autoral na inteligência artificial (18/01/2024) - União Brasileira de Compositores (ubc.org.br). Acesso em: 23 fev. 2024.

UNITED KINGDOM. Copyright, Designs and Patents Act. 1988. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1988/48/part/II/chapter/II/crossheading/authorship-and-ownership-of-copyright?view=plain>. Acesso em: 19 maio 2024.

VIEIRA, Rodrigo. Bem comum, domínio público e um rato traquina. **Conjur**, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-09/bem-comum-dominio-publico-e-um-rato-traquina/>. Acesso em: 20 abril 2024.

WIPO. **O que é propriedade intelectual?** 2020. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024

ZENDESK. Qual é a origem da inteligência artificial? Onde tudo começou? **Blog da Zendesk**, 2024. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/qual-e-a-origem-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 24 de maio de 2024.